

# Planos econômicos garantem travessia do governo Sarney

Ademar Shiraishi

O presidente José Sarney tem suas razões para afirmar que o Brasil sobreviveu relativamente bem à crise econômica dos últimos cinco anos. Após a sucessão de experiências ortodoxas e heterodoxas, pelo menos o País respira a sensação de que o perigo da hiperinflação já passou e que as reservas cambiais próximas de US\$ 7 bilhões garantem a travessia té a posse do novo governo, em março de 1990.

Há cinco anos, na euforia da campanha (frustrada) das diretas, já e as esperanças depositadas no crescimento da candidatura Tancredo Neves, não se pode negar que, sob o comando do então ministro do Planejamento, Delfim Neto, o Governo João Figueiredo deixava a economia brasileira razoavelmente ajustada.

Após três anos de profunda recessão, em 1984, a economia cresceu 5,1%; a inflação ainda ficou em 209,1%; a balança comercial registrou o superávit recorde de US\$ 13,09 bilhões, as reservas cambiais prontas saltaram para US\$ 7,52 bilhões e o déficit público operacional não passou de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

## Renegociação

Tancredo Neves sabia que o País estava pronto para consolidar o processo de crescimento auto-sustentado da economia. Faltava apenas o ajuste de médio prazo da dívida externa. Por isso, o então presidente eleito até estimulou o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, a concluir a renegociação global da dívida para iniciar o governo sem a ameaça imediata de impasse cambial. Mas,

diante das pressões do PMDB, na ânsia de chegar ao poder, Pastore não teve o respaldo político para fechar acordo com os credores externos.

Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu em definitivo a Presidência da República e passou a abandonar o programa de governo original. Com apenas cinco meses de governo, em agosto de 1985, trocou o ministro da Fazenda, com a substituição de Francisco Neves Dornelles por Dilson Funaro e, no Banco Central, Fernão Bracher substituiu Antônio Carlos Lemgruber.

O Governo cedeu às reivindicações salariais de todos os segmentos da sociedade e, em especial, do funcionalismo público. Em 1985, a economia cresceu 8,3%, porém, o déficit público operacional saltou para 4,3% do PIB e a inflação para 239%. O superávit comercial de US\$ 12,48 bilhões ainda permitiu ao País pagar em dia os juros da dívida externa e até elevar as reservas cambiais para US\$ 7,69 bilhões. Mas, no final de 1985, a inflação acelerou.

## Inflação zero

Em fevereiro de 1986, quando a inflação atingiu 22,4%, o Governo José Sarney detonou o Plano Cruzado. O País viveu a ilusão efêmera da inflação zero, com ganhos reais dos assalariados. Com o tabeleamento generalizado dos preços e tarifas, março de 1986 registrou a deflação oficial de 0,11%, medida pelo recém-criado índice de preços ao consumidor (IPC), e de 0,9% pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas.

Logo após as eleições dos novos governadores em novembro, o governo José Sarney lançou o Plano

Cruzado II para recompor a capacidade financeira do setor público e promover o retorno da política econômica heterodoxa.

Na área externa, o congelamento prolongado do câmbio, a queda da safra agrícola e a maior demanda de importações — O PIB cresceu no ano 7,6% — provocaram estragos ainda hoje sentidos. O superávit da balança comercial caiu para US\$ 8,35 bilhões e, para pagar os juros integrais da dívida externa, o País queimou US\$ 1,1 bilhão de suas reservas cambiais, com a queda do saldo para US\$ 4,58 bilhões, em dezembro de 1986.

## Moratória parcial

Ainda sob o impacto da frustração do Plano Cruzado, o ano seguinte foi marcado pela moratória parcial da dívida externa. A balança comercial teve evolução favorável e o superávit subiu para US\$ 11,17 bilhões. Mas as reservas cambiais caíram para US\$ 4,43 bilhões, com a retomada do pagamento de juros no final do ano, depois que o Governo brasileiro fechou um acordo interino de refinanciamento global da dívida.

No âmbito interno, já com Luiz Carlos Bresser Pereira ocupando o lugar de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, o País assistiu a mais um choque econômico frustrado. Para tirar a economia brasileira dos fantasmas da hiperinflação e da forte recessão e recuperar as finanças públicas e as contas externas, surgiu o Plano Bresser, a 12 de junho de 1987, com o congelamento de preços e salários, porém, com a manutenção das minidesvalorizações cambiais.

## Novo governo precisa de respaldo

O choque obteve, mais uma vez, somente resultados de curto prazo no combate à inflação, com a queda da taxa média mensal de 20% no trimestre abril a junho, para 5%, entre julho e setembro. Mas o déficit público operacional de 5,52% do PIB e o realinhamento de preços reaqueceram a inflação de dezembro de 1987 e registrou o índice de 14,14%, com o índice acumulado no ano de 365,96%. "Em 1987, a economia brasileira não logrou alcançar os objetivos almejados no tocante ao déficit público, contenção do ritmo inflacionário e renegociação da dívida externa" — ressaltou o relatório anual do Banco Central.

O ano passado começou com o novo e último dos quatro ministros da Fazenda deste Governo, Mailson Ferreira da Nóbrega. Ao longo do ano, Mailson conduziu a política econômica do arroz com feijão e acumulou sucessivos recordes mensais de inflação para fechar o ano com o índice acumulado de 933,62%, a primeira taxa negativa de crescimento econômico do Governo José Sarney (menos 0,3%) e expansão de 2,99% da taxa de desemprego (0,76% em 1987).

## Dificuldade

Esses números mostram, relatou o Banco Central "quão difícil é a retomada do processo de crescimento sustentado da economia, quando não se viabiliza plenamente o saneamento das finanças do setor público". O déficit público operacional de 1988 ainda atingiu 4,26% do PIB.

No âmbito externo, o Brasil obteve novo recorde em sua balança comercial e conseguiu fechar o acordo para o reescalonamento global da dívida externa bancária. O superávit comercial de 1988 alcançou US\$ 19,1 bilhões. Mas o acordo da dívida para o reescalonamento de US\$ 61 bilhões do principal, com vencimentos entre 1987 e 1993, por 20 anos, com 8 de carência, e o ingresso de US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo ainda causa muita polêmica. Em razão do pagamento integral dos juros da dívida, mesmo com o superávit comercial



Sarney já respira aliviado

recorde, o Brasil fechou o ano passado com as reservas ainda no nível crítico de US\$ 5,36 bilhões.

## Persistência

A persistência da queda das reservas — em consequência dos juros devidos e das volumosas remessas das empresas multinacionais — levou o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a centralizar o câmbio, com a retenção dos pagamentos ao exterior. O governo brasileiro procurou descartar a hipótese de nova moratória da dívida sob o argumento de que vai apenas preservar o nível mínimo de reservas de US\$ 6 bilhões.

A exemplo dos choques anteriores, o Plano Verão também teve vida curta. A inflação acumulada nos oito primeiros meses do ano atinge 359,01% e chegará a dezembro com novo recorde anual, já com quatro dígitos. Apesar de todo o discurso oficial, o déficit público deste ano vai superar os 4,26% do PIB, registrados em 1988.

O ministro da Fazenda antecipou a sua intenção de manter a economia em banho-maria até a posse do novo governo, em março do próximo ano, dentro do entendi-

mento do presidente José Sarney de que pelo menos a atitude produtiva e a oferta de emprego vão bem, com o destaque do setor exportador. A manutenção de juros reais recorde pelo Banco Central e a indexação quase que total da economia levam Mailson a descartar a hiperinflação, enquanto espera o acordo de curto prazo (seis a nove meses) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para regularizar o relacionamento com os credores externos, através do ingresso de US\$ 2 a 3 bilhões para pagar os juros devidos neste final de ano.

## Respaldo político

O próximo governo precisará utilizar o respaldo político e a credibilidade obtida nas urnas para promover a cirurgia na enferma economia brasileira. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, defendeu a reestruturação da dívida externa dentro do esquema obtido pelas Filipinas, que dá prioridade ao ingresso de dinheiro novo para a compra, com deságio, dos papéis da dívida brasileira no mercado secundário.

As experiências frustradas dos três planos de estabilização econômica do Governo José Sarney recomendam muita cautela na adoção de novo choque pelo futuro presidente da República. A lógica indica que, antes o novo governo busque recuperar a idéia de pacto social.

Mas o inevitável ponto de partida será o ajuste das finanças públicas, até com a renegociação da dívida interna. O presidente interino do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi, reitera que "o saneamento do setor público, seja a nível de redução de despesas, seja via modernização da máquina estatal e recuperação da carga tributária, permanece como condição indispensável para a desejada estabilização da economia, através da manutenção do poder aquisitivo da moeda, criação de condições propícias para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico". (A.S.).

Aliton C. Freitas 23.06.89